PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas	■	■			INTERVALO	■	■		
E-books Audiobooks		■	■		INTERVALO		■	■	
Atividades/Interação				■	INTERVALO				■
Suporte c/Tutoria			■	■	INTERVALO			■	
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de

avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. MATERIAIS DIDÁTICOS: Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO: Os programas de Extensão / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. SOBRE A

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Direito Penal Militar: Crimes Militares, Jurisprudência e IA

CARGA HORÁRIA: 80 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 10 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 45 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Atualização Estratégica em Direito Penal Militar

O curso **Direito Penal Militar: Crimes Militares, Jurisprudência e IA** oferece formação atualizada para profissionais e servidores públicos que precisam compreender as transformações legislativas, jurisprudenciais e tecnológicas aplicadas à Justiça Militar. O programa examina os fundamentos constitucionais da matéria, os princípios penais militares, a aplicação da lei no tempo e no espaço e os critérios que diferenciam crime militar, crime comum e transgressão disciplinar.

Legislação, Competência e Crimes Militares

A capacitação aprofunda as mudanças introduzidas pelas Leis nº 13.491/2017 e nº 14.688/2023, incluindo a ampliação do conceito de crime militar, os crimes militares por extensão e a atualização do Código Penal Militar. Também aborda a competência da Justiça Militar da União e dos Estados, o julgamento de civis, os conflitos com a Justiça Comum e o Tribunal do Júri, além das controvérsias relacionadas às operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Jurisprudência e Aplicação Profissional

O aluno estudará os entendimentos contemporâneos do STF, STJ e STM sobre garantias fundamentais, competência, prisões cautelares, audiência de custódia, Acordo de Não Persecução Penal, provas ilícitas e cadeia de custódia. Esse conhecimento fortalece a atuação de advogados, militares, agentes públicos, integrantes de corregedorias, assessorias jurídicas, órgãos de controle, segurança pública e instituições do sistema de Justiça.

Crimes Cibernéticos e Inteligência Artificial

O curso incorpora temas indispensáveis ao mercado atual, como invasão de sistemas militares, espionagem cibernética, fraudes eletrônicas, drones, reconhecimento facial, deepfakes, provas digitais e responsabilidade por decisões automatizadas. A análise de estudos de casos permite desenvolver competências para identificar crimes militares, definir a jurisdição competente, avaliar evidências tecnológicas e formular teses de acusação e defesa com maior segurança jurídica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, consequentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E APLICAÇÃO DO DIREITO PENAL MILITAR
Autonomia e Relações do Direito Penal Militar com Outros Ramos; Hierarquia, Disciplina e Proteção dos Bens Jurídicos Militares; Constitucionalização e Controle de Convencionalidade; Legalidade, Anterioridade e Retroatividade da Lei Penal Mais Benéfica; Culpabilidade, Proporcionalidade e Humanidade das Penas; Aplicação da Lei Penal Militar no Tempo e no Espaço; Territorialidade, Extraterritorialidade e Operações no Exterior; Aplicação da Lei Penal Militar a Militares e Civis;
CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CRIME MILITAR
Critérios Legais de Configuração do Crime Militar; Crimes Militares Próprios, Impróprios e por Extensão; Crimes Militares em Tempo de Paz e em Tempo de Guerra; Condição do Agente, Local do Fato e Interesse Militar; Distinção entre Crime Militar, Crime Comum e Transgressão Disciplinar; Nova Redação do Artigo 9º do Código Penal Militar; Ampliação Promovida pela Lei nº 13.491/2017; Controvérsias sobre a Incorporação da Legislação Penal Comum e Especial;
COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E CONFLITOS DE JURISDIÇÃO
Competência Constitucional da Justiça Militar da União; Competência das Justiças Militares dos Estados; Julgamento de Civis pela Justiça Militar da União; Crimes Praticados por Militares Estaduais Contra Civis; Crimes Dolosos Contra a Vida de Civis e Competência do Tribunal do Júri; Operações de Garantia da Lei e da Ordem e Missões Subsidiárias; Conexão, Continência e Separação de Processos; Conflitos entre a Justiça Militar e a Justiça Comum;
TEORIA GERAL DO CRIME MILITAR E EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE

Conduta, Resultado e Relação de Causalidade; Tipicidade Formal e Material; Dolo, Culpa, Erro de Tipo e Erro de Proibição; Ilicitude e Culpabilidade no Direito Penal Militar; Consumação, Tentativa e Concurso de Pessoas; Estado de Necessidade e Legítima Defesa; Estrito Cumprimento do Dever Legal e Exercício Regular de Direito; Coação Moral Irresistível, Obediência Hierárquica e Ordem Manifestamente Ilegal;

REFORMA DO CÓDIGO PENAL MILITAR E SISTEMA SANCIONATÓRIO

Fundamentos e Alcance da Lei nº 14.688/2023; Compatibilização do Código Penal Militar com a Constituição Federal; Alterações na Parte Geral e na Parte Especial; Atualização dos Crimes Contra a Pessoa e a Dignidade Sexual; Crimes Militares Hediondos e Consequências Jurídicas; Penas Principais, Acessórias e Efeitos da Condenação; Medidas de Segurança, Suspensão Condicional e Livramento Condicional; Prescrição, Anistia, Graça, Indulto, Reabilitação e Abolitio Criminis;

CRIMES CONTRA A AUTORIDADE, A DISCIPLINA E O DEVER MILITAR

Motim, Revolta, Aliciação e Incitamento; Violência e Desrespeito Contra Superior ou Militar de Serviço; Recusa de Obediência, Oposição a Ordem e Insubordinação; Usurpação, Excesso e Abuso no Exercício da Autoridade; Insubmissão, Deserção e Casos Assimilados; Abandono de Posto e Descumprimento de Missão; Embriaguez, Omissão de Eficiência da Força e Dormir em Serviço; Exercício de Comércio e Conflitos de Interesse na Atividade Militar;

CRIMES CONTRA A PESSOA, A DIGNIDADE SEXUAL E A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Homicídio, Feminicídio e Lesões Corporais no Contexto Militar; Induzimento, Instigação ou Auxílio ao Suicídio e à Automutilação; Crimes Contra a Honra e a Liberdade Individual; Constrangimento Ilegal, Ameaça e Violação de Domicílio; Crimes Contra a Dignidade Sexual após a Reforma Penal Militar; Assédio Sexual, Importunação Sexual e Violência Institucional; Crimes de Perigo Comum e Contra os Meios de Transporte e Comunicação; Crimes Contra a Saúde e a Segurança das Organizações Militares;

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO, A ADMINISTRAÇÃO E A JUSTIÇA MILITAR

Furto, Roubo, Extorsão e Apropriação Indébita; Estelionato, Fraude Eletrônica, Receptação e Dano; Peculato e Peculato Mediante Erro de Outrem; Concussão, Corrupção e Desvio de Recursos; Falsidade Documental e Falsidade Ideológica; Violação do Dever Funcional e Patrocínio Indébito; Crimes Praticados por Particular Contra a Administração Militar; Crimes Contra a Administração da Justiça Militar;

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL E CRIMES MILITARES POR EXTENSÃO

Abuso de Autoridade no Exercício da Função Militar; Crimes em Licitações e Contratos Administrativos Militares; Organização Criminosa e Associação Criminosa; Lavagem de Dinheiro e Ocultação de Bens; Crimes Ambientais em Áreas e Operações Militares; Crimes Relacionados a Armas, Munições, Explosivos e Drogas; Crimes de Tortura e Discriminação; Critérios para Reconhecimento da Natureza Militar das Infrações Especiais;

CRIMES CIBERNÉTICOS, PROVAS DIGITAIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Invasão de Dispositivos e Sistemas Informáticos Militares; Sabotagem Digital, Espionagem Cibernética e Vazamento de Dados; Fraudes Eletrônicas e Manipulação de Registros Militares; Drones, Sistemas Autônomos e Tecnologias de Vigilância; Provas Digitais, Metadados e Cadeia de Custódia; Busca e Apreensão de Dispositivos e Dados Armazenados em Nuvem; Autoria e Responsabilidade por Decisões de Sistemas Automatizados; Deepfakes, Reconhecimento Facial, Vieses Algorítmicos e Proteção de Dados;

CONTROVÉRSIAS PROCESSUAIS E JURISPRUDÊNCIA MILITAR CONTEMPORÂNEA

Inquérito Policial Militar e Investigação Criminal Defensiva; Aplicação Subsidiária do Código de Processo Penal; Audiência de Custódia e Prisões Cautelares; Acordo de Não Persecução Penal e Suspensão Condicional do Processo; Interceptação de Comunicações e Acesso a Dados Telemáticos; Nulidades e Validade dos Atos Investigatórios; Jurisprudência do STF, STJ e STM sobre Competência e Garantias Fundamentais; Tendências após as Leis nº 13.491/2017 e nº 14.688/2023;

ESTUDOS DE CASOS E RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DO CRIME MILITAR

Identificação dos Elementos Configuradores do Crime Militar; Enquadramento de Crimes Militares por Extensão; Definição da Justiça Competente em Casos Complexos; Análise de Crimes Praticados por Civis e Militares; Aplicação das Excludentes em Operações Militares; Valoração de Provas Digitais e Algorítmicas; Elaboração de Teses de Acusação e de Defesa; Solução de Casos com Base na Legislação e na Jurisprudência Atualizadas.